

História do Opus Dei

Texto de Federico Requena, em que sintetiza os marcos da história do Opus Dei, desde o nascimento do fundador, em 1902 até a expansão atual, comentando também o itinerário jurídico e o processo de canonização de São Josemaria Escrivá.

01/10/2020

Sumário:

- 1. São Josemaria, instrumento de Deus para realizar o Opus Dei
 - 2. O Opus Dei nasce na Igreja
 - 3. Primeiras aprovações canónicas
 - 4. Desenvolvimento e expansão
 - 5. Situação canónica do Opus Dei
 - Bibliografia básica
-

1. São Josemaria, instrumento de Deus para realizar o Opus Dei

Josemaria Escrivá nasceu em Barbastro (Espanha), em 9 de janeiro de 1902. Os pais, José Escrivá e María de los Dolores Albás y Blanc, deram-lhe um exemplo constante de vida cristã e familiar que deixou uma marca profunda na sua vida. Foi o segundo dos seis filhos que o casal

teve; sendo ainda criança, no espaço de três anos, morreram três irmãs em idade precoce. Ele mesmo esteve prestes a falecer quando tinha dois anos. Foi curado de modo inesperado, atribuindo-se o facto à intercessão de Nossa Senhora de Torreciudad.

Em 1914, teve que se mudar com a família para Logronho, depois da falência da loja de tecidos que até ao momento tinha garantido uma situação económica desafogada aos Escrivá. Começaram anos difíceis, que a família enfrentou unida e com muita confiança em Deus. Foi nesse contexto que passou a adolescência.

No inverno do ano escolar de 1917/18, quando estava no último ano do secundário na escola pública de Logronho, viu na rua as pegadas deixadas na neve pelos pés descalços de um carmelita. Esse facto constituiu para a sua alma uma

chamada a aprofundar na vida cristã: o começo do que depois denominaria a época dos “vislumbres”, pressentimentos do amor de Deus que tocava a sua consciência^[1]. Sentiu-se interpelado por Deus, sem saber, porém, claramente para onde essa chamada o levava, e decidiu ser sacerdote, pensando que assim ficaria mais disponível para cumprir a vontade divina. Então abandonou o projeto de estudar arquitetura, para iniciar, em outubro de 1918, os estudos eclesiásticos como aluno externo do Seminário Conciliar de Logronho. Tinha dezassete anos.

Terminados os dois primeiros anos no Seminário, em 1920, mudou-se para Saragoça para matricular-se na então Universidade Pontifícia, sendo ao mesmo tempo aluno interno do Seminário de São Francisco de Paula, chamado também, pelas suas origens históricas, Seminário de São Carlos.

A piedade e a maturidade que demonstrou, levaram o cardeal Soldevila, em 1922, a adiantar a sua tonsura e a nomeá-lo Prefeito, cargo que lhe conferia o grau de Superior nesse Seminário. Naquele ano, seguindo um conselho do seu pai e com a autorização dos superiores do Seminário, iniciou o curso de Direito na Universidade de Saragoça^[2], que fazia sem interferir com seus estudos no Seminário. Durante a época de estudante universitário, levou a cabo um intenso apostolado entre seus colegas e professores.

Foi ordenado presbítero em 28 de março de 1925. Depois do falecimento do pai, ocorrido em Logronho meses antes, a mãe e os dois irmãos mudaram-se para Saragoça e sustentava-os com o seu trabalho. Passada uma breve experiência a auxiliar na paróquia de Perdiguera, uma pequena localidade da província, e algumas

semanas na paróquia da aldeia de Fombuena, desempenhou o seu ministério sacerdotal na igreja de São Pedro Nolasco de Saragoça. Em 1927, mudou-se para Madrid, com autorização do seu bispo, para realizar os estudos de doutoramento em Direito Civil e preparar a tese na Universidade Central, pois só na capital era possível obter o grau de doutor. Nesse mesmo ano, havia concluído em Saragoça a Licenciatura em Direito.

Nos primeiros tempos, trabalhou em Madrid como capelão do Patronato de Enfermos, instituição de beneficência dirigida pela recém-fundada Congregação das Damas Apostólicas do Sagrado Coração. Realizou um generoso trabalho pastoral, ao serviço dessa instituição, entre pobres, crianças e doentes. Também se relacionou com pessoas de boa posição social, que estimulava na vida espiritual e na generosidade

com os outros. Dava ao mesmo tempo aulas de Direito Canónico e de Direito Romano numa Academia, para poder sustentar a família que tinha levado consigo para Madrid.

2. O Opus Dei nasce na Igreja

Em 2 de outubro de 1928, enquanto fazia um retiro espiritual em Madrid, São Josemaria, então jovem sacerdote de 26 anos, “viu” o que o Senhor lhe pedia a serviço da Igreja e que até aquele momento só havia “pressentido”, isto é, a fundação do Opus Dei^[3].

«São Josemaria Escrivá foi escolhido pelo Senhor para anunciar a vocação universal à santidade e para indicar que a vida de todos os dias, as atividades comuns, são um caminho de santificação.

Poder-se-ia dizer que ele foi o santo da normalidade. Com efeito, ele estava convencido de que, para quem vive segundo uma perspetiva de fé, tudo é ocasião de encontro com Deus, tudo se torna estímulo à oração. Considerada assim, a vida quotidiana revela uma grandeza insuspeitável. A santidade coloca-se verdadeiramente ao alcance de todos»^[4].

No dia 14 de fevereiro de 1930, São Josemaria, por inspiração sobrenatural, entendeu que as mulheres também deviam fazer parte do Opus Dei. No final de 1930, deixou o Patronato de Enfermos e começou o seu ministério no Patronato de Santa Isabel, primeiro como capelão e a seguir como Reitor. O Patronato de Santa Isabel, instituição promovida em Madrid pelos Reis de Espanha, compreendia um colégio de Religiosas da Assunção e um Mosteiro de Religiosas

Agostinianas. Para o atendimento sacerdotal, dispunham de um Reitor e dois Capelães^[5].

Desde aqueles primeiros anos, antes da guerra civil espanhola (1936-1939), o fundador empreendeu o trabalho de redigir documentos sobre o espírito e a atividade do Opus Dei. Distinguiu entre *Instruções*, destinadas a compilar, junto com critérios de fundo sobre o espírito do Opus Dei, experiências e detalhes práticos sobre os trabalhos apostólicos desenvolvidos pelos seus fiéis, e *Cartas*, com um tom mais expositivo^[6].

Em 1934, publicou *Santo Rosario e Consideraciones Espirituales*, que em 1939, muito ampliado, se transformaria em *Caminho*, a sua obra mais conhecida e difundida em todo o mundo. Nesse livro, transpôs a sua própria experiência espiritual, o que explica que mesmo tendo sido

escrito em circunstâncias históricas bem determinadas, conserve a atualidade e continue interessando a milhões de pessoas que vivem em contextos culturais muitos diversos^[7].

Também nos anos trinta, chegaram as primeiras pessoas que, fruto do impulso apostólico de São Josemaria, sentiram a chamada a fazer parte do Opus Dei, e foi instalado o primeiro Centro para o trabalho apostólico. Além disso, quando começou o conflito bélico em Espanha, estavam a preparar a expansão do Opus Dei para Valênci a e Paris. Foi necessário esperar pelo fim da guerra para iniciar a difusão noutras cidades espanholas. São Josemaria levou a cabo todo este trabalho com o conhecimento e o alento da autoridade diocesana.

Em 1939, uma vez acabada a guerra civil em Espanha, iniciou-se, de modo estável, o trabalho apostólico em

Valência, de onde chegaram logo novos fiéis para o Opus Dei. Quase imediatamente depois, o Opus Dei começou o trabalho em Barcelona e Valladolid (1940); pouco depois, em Saragoça, Bilbau, Sevilha e Santiago. O número de membros do Opus Dei e de atividades apostólicas cresceu notavelmente durante os anos quarenta. O trabalho com mulheres também se intensificou e, em 1942, abriu-se em Madrid um primeiro Centro.

3. Primeiras aprovações canónicas

No dia 19 de março de 1941, o Opus Dei foi aprovado como Pia União pelo Bispo de Madrid. D. Leopoldo Eijo y Garay procurava pôr ponto final a uma série de campanhas difamatórias incubadas tanto em ambientes eclesiásticos como

políticos, motivadas em grande parte pela incompreensão diante da mensagem do Opus Dei, a chamada universal à santidade através do trabalho profissional e das outras atividades normais da vida e ao apostolado no meio do mundo.

Em 14 de fevereiro de 1943, o Fundador, inspirado novamente por Deus, encontrou na Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz, o meio para incardinar sacerdotes que, fazendo parte do fenómeno pastoral do Opus Dei, pudessem encarregar-se de atender as tarefas apostólicas que lhes confiasse o Fundador. O bispo de Madrid, contando com o “*nihil obstat*” da Santa Sá, erigiu-a como Sociedade de Vida Comum sem votos, nesse mesmo ano.

Estava claro que a solução canónica adotada não poderia ser definitiva. Desde o princípio, e assim constava também nos documentos oficiais, os

fiéis do Opus Dei eram cristãos comuns e atuavam como tais, cidadãos como os outros que viviam do seu trabalho, sem distintivos particulares; que desenvolviam as suas atividades apostólicas com naturalidade, entre os seus parentes e amigos, e com a iniciativa e a responsabilidade de quem vive entre os seus iguais. O Opus Dei era uma instituição que requeria formulações jurídicas novas, que garantissem, além disso, a unidade – de formação, de governo e de apostolado – em torno do seu pastor próprio.

Entretanto, desenvolvia-se a atividade apostólica e evangelizadora. Crescia o número de pessoas, homens e mulheres, que pediam a admissão. A primeira ordenação sacerdotal de fiéis do Opus Dei teve lugar em 25 de junho de 1944. Os três sacerdotes, ordenados pelo Bispo de Madrid, foram Álvaro del Portillo, José María

Hernández Garnica e José Luis Múzquiz, engenheiros os três. Atualmente estão abertas as suas causas de Canonização. Acabada a segunda guerra mundial, e já com uma vintena de Centros e várias centenas de fiéis em Espanha, pôde-se começar a expansão do Opus Dei em outros países. Em primeiro lugar, nações europeias: Portugal (1945), Itália e Grã-Bretanha (1946), Irlanda e França (1947); e depois o salto para a América: México e Estados Unidos (1949); Chile e Argentina (1950).

A rápida difusão internacional do Opus Dei foi um motivo mais para propor a modificação do seu estatuto jurídico. Se bem que o passo de 1943 tenha sido importante, era evidente que, para o desenvolvimento do Opus Dei, era necessário um reconhecimento jurídico de âmbito universal. Assim, o longo itinerário jurídico da Obra continuou e levou, entre outras coisas, a que São

Josemaria fosse para Roma, em 1946, e fixasse lá a sua residência. Depois de intensos meses de oração, sacrifício e trabalho, em fevereiro de 1947, o Papa Pio XII aprovou o Opus Dei como Instituto Secular. Apoiada nesta nova base jurídica – que superava as anteriores, mas que não era ainda plenamente adequada – a Obra continuou a crescer.

O número de fiéis, que em 1946 atingia a cifra de 268, passou nos primeiros meses de 1950 para 2954. Os sacerdotes, que em 1946, eram quatro, em 1950 chegavam a vinte e três. Os Centros da Obra superavam uma centena, espalhados por vários países da Europa e da América, quadruplicando o número dos que havia em 1946. Em 16 de junho de 1950, mediante o decreto *Primum inter*, a Santa Sé concedeu ao Opus Dei a aprovação definitiva como Instituição de direito pontifício. O reconhecimento de 1950, mesmo sem

constituir a solução apropriada à natureza do Opus Dei, permitiu a incorporação ao Opus Dei de pessoas casadas, e de sacerdotes incardinados nas respetivas dioceses à Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz.

4. Desenvolvimento e expansão

O Opus Dei continuou a estender-se pelo mundo, e os seus membros, com o impulso de São Josemaria, assim como o apostolado pessoal e a colaboração de muitas outras pessoas, criaram importantes iniciativas no campo da educação e da assistência: universidades, hospitais, escolas para agricultores, colégios e centros de formação profissional em países e contextos sociais muito diversos. A aprovação de 1950 contemplava a figura dos

Cooperadores do Opus Dei: pessoas que, sem se incorporarem juridicamente como membros, colaboram com a sua oração, esmolas e, conforme os casos, com o seu trabalho, no apostolado do Opus Dei e participam dos seus bens espirituais. Entre os Cooperadores, eram admitidas também pessoas não católicas ou inclusivamente não cristãs.

A difusão e ampliação dos apostolados apoiava-se, em primeiro lugar, nos meios sobrenaturais. São Josemaria, além disso, impulsionou a formação dos membros, a organização e o governo do Opus Dei. Em 1948 e 1953, criou dois centros internacionais de formação com sede em Roma, um para homens e outro para mulheres, o Colégio Romano da Santa Cruz e o Colégio Romano de Santa Maria, respetivamente.

A figura do Instituto secular não se adequava ao carisma fundacional da Obra, embora tivesse sido uma configuração jurídica que, ao implicar um regime supra-diocesano, havia facilitado a sua difusão internacional. Concretamente em 1951, tinha-se começado o trabalho na Colômbia e na Venezuela; 1952, Alemanha; 1953, Guatemala e Peru; 1954, Equador; 1956, Uruguai e Suíça; 1957, Brasil, Áustria e Canadá; 1958, Japão, Quénia e Salvador; 1959, Costa Rica; 1960, Holanda; 1962, Paraguai; 1963, Austrália; 1964, Filipinas; 1965, Bélgica e Nigéria e 1969, Porto Rico.

A história do Opus Dei, nos últimos cinco anos de vida do seu Fundador, foi marcada pela consolidação e desenvolvimento do trabalho apostólico nos cinco continentes, pela esperança de alcançar a desejada solução jurídica definitiva, pelos desafios apresentados à Igreja depois do Concílio Vaticano II, e por uma

intensa catequese diante de muitos milhares de pessoas que São Josemaria realizara entre 1972 e 1975 na Europa e na América. Em 26 de junho de 1975, o Fundador faleceu de forma repentina em Roma. Na época, o Opus Dei contava com cerca de 60 mil fiéis.

Mons. Álvaro del Portillo, seu colaborador mais próximo desde os anos trinta, foi eleito seu sucessor. Durante o seu governo, o Opus Dei alcançou a solução jurídica definitiva, que o Fundador já havia previsto: uma Prelatura pessoal, de âmbito universal, quer dizer, uma porção do povo de Deus regida por um Prelado, como Pastor próprio, e seu presbitério^[8]. Em janeiro de 1991, o Santo Padre ordenou bispo o Prelado do Opus Dei, Mons. Álvaro del Portillo. Teve início o trabalho apostólico em 21 novos países: 1978, Bolívia; 1980, Zaire [R. D. Congo], Costa do Marfim e Honduras; 1981,

Hong Kong; 1982, Singapura e Trinidad Tobago; 1984, Suécia; 1985, Taiwan; 1987, Finlândia; 1988, Camarões e República Dominicana; 1989, Macau, Nova Zelândia e Polónia; 1992, Nicarágua, Hungria e República Checa; 1993, Índia e Israel e 1994, Lituânia.

D. Álvaro del Portillo faleceu em 23 de março de 1994 e foi sucedido à frente da Prelatura por Mons. Javier Echevarría, também colaborador de São Josemaria durante mais de duas décadas. Foi ordenado bispo em janeiro de 1995. Desde então, o trabalho do Opus Dei começou na Estónia, Eslováquia, Líbano, Panamá e Uganda (1996); Cazaquistão (1997); África do Sul (1998); Eslovénia e Croácia (2003); Letónia (2004); Rússia (2007); Roménia, Indonésia e Coreia do Sul (2009).

O Fundador do Opus Dei foi beatificado por João Paulo II em 17

de maio de 1992 e foi o mesmo Papa que o canonizou, em outubro de 2002, na praça de São Pedro diante de cerca de meio milhão de pessoas procedentes dos cinco continentes.

5. Situação canónica do Opus Dei

Desde o começo dos anos sessenta, o fundador tinha proposto à Santa Sé a necessidade de rever o estatuto jurídico do Opus Dei, que se havia estendido pelos cinco continentes. A doutrina sobre a chamada universal à santidade e a missão do leigo na Igreja, que São Josemaria difundiu desde os anos trinta, encontrou confirmação e impulso com o Concílio Vaticano II^[9]. Os documentos aprovados por esta Assembleia Ecumênica permitiram que, finalmente, se abrisse o caminho

rumo a uma solução jurídica adequada.

Com efeito, o carisma do Opus Dei encontrou a expressão jurídica oportuna na figura das prelaturas pessoais, previstas para o desempenho de especiais tarefas pastorais^[10]. Em 19 de março de 1983, deu-se execução à constituição apostólica *Ut sit*, com a qual o Papa João Paulo II, com data de 28 de novembro, erigia o Opus Dei como Prelatura pessoal de âmbito universal, dotada de estatutos próprios.

A Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei, ou simplesmente Opus Dei, é, portanto, uma instituição da Igreja de estrutura jurisdicional-hierárquica, ou seja, uma forma de auto-organização da Igreja Católica, que tem uma configuração análoga à de uma diocese (sem ser uma diocese), cuja missão é difundir a

chamada universal à santidade e promover, entre os católicos de todas as condições sociais, a santificação através do trabalho profissional e das circunstâncias da vida cotidiana.

Mediante a Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz – associação de clérigos intrinsecamente unida à Prelatura – ajuda os sacerdotes diocesanos a robustecer a sua chamada à santidade, no exercício de seu ministério sacerdotal.

Texto publicado no site <https://www.collationes.org> em janeiro 2011.

Bibliografia básica

Entre as biografias de São Josemaria cabe destacar os três volumes de ANDRÉS VÁZQUEZ DE PRADA, *O fundador do Opus Dei*, Quadrante (em

Portugal, editado pela Verbo em 2002 com o título *Josemaría Escrivá*)

Outras biografias:

François Gondrand, *Au pas de Dieu*, Paris 1982.

Peter Berglar, *Opus Dei: Leben und Werk des Gründers Josemaría Escrivá de Balaguer*, Salzburg 1983.

Ana Sastre Gallego, *Tiempo de Caminar: Semblanza de Monseñor Josemaría Escrivá*, Rialp, Madrid, 1989(em português: *Tempo de Caminhar*, ed. DIEL, distribuição de Encontro da Escrita)

Sobre a história do Opus Dei, pode-se indicar, além disso:

AMADEO DE FUENMAYOR,
VALENTÍN GOMEZ-IGLESIAS e JOSÉ LUIS ILLANES, *El itinerario jurídico del Opus Dei: historia y defensa de un carisma*, Eunsa

John F. Coverdale, *Uncommon Faith: The Early Years of Opus Dei* (1928-1943), Scepter Publishers, New Jersey, 2002;

FEDERICO M. REQUENA e JAVIER SESÉ, *Fuentes para la historia del Opus Dei*, Ariel.

Em 2001 foi erigido em Roma o Instituto Histórico São Josemaria Escrivá, com o objetivo de publicar as suas obras completas e fomentar os estudos sobre a sua pessoa e ensinamentos. Em janeiro de 2007, veio a lume o primeiro número de sua revista: *Studia et Documenta*.

Rivista dell'Istituto Storico San Josemaria Escrivá, cuja secção bibliográfica constitui a principal fonte para conhecer a bibliografia sobre São Josemaria e o Opus Dei.

[1] Andrés Vázquez de Prada, *El fundador del Opus Dei*, I, p. 85 e ss. (em Portugal, esta mesma obra foi editada pela Verbo em 2002 com o título *Josemaria Escrivá*).

[2] cf. R. Herrando Prat de la Riba, *Los años de seminario de Josemaria Escrivá en Zaragoza (1920-1925)*, Rialp, 2002, p. 212 e ss.

[3] Sobre a fundação e seu nome, escrevia o Cardeal Ratzinger, em *L'Osservatore Romano*, em 6 de outubro de 2002, dia da canonização de São Josemaria: «Surpreendia-me sempre a interpretação que Josemaria Escrivá dava do nome *Opus Dei*: uma interpretação que poderíamos chamar biográfica e que nos consente compreender o fundador na sua fisionomia espiritual. Escrivá sabia que devia fundar algo, mas estava sempre consciente de que aquele algo não era obra sua, que ele não tinha

inventado nada, que simplesmente o Senhor se servia dele. Por conseguinte, aquela não era a sua obra, mas o *Opus Dei*. Ele era unicamente um instrumento através do qual Deus teria agido. [...]

Josemaria Escrivá não se considerava “fundador” de nada, mas apenas uma pessoa que quis cumprir a vontade de Deus, seguir a sua ação, a obra – precisamente – de Deus. Neste sentido, o teocentrismo de Escrivá de Balaguer, coerente com as palavras de Jesus, significa esta confiança no facto de que Deus não se retirou do mundo, que Deus age ainda agora e nós devemos apenas pôr-nos à sua disposição, estar disponíveis, ser capazes de reagir à sua chamada, o que é para mim uma mensagem de grandíssima importância. É uma mensagem que leva à superação daquela que se pode considerar a grande tentação do nosso tempo: isto é, a pretensão de que depois do *big bang* Deus se tenha retirado da

história. A ação de Deus não “parou” no momento do *big bang*, mas ainda continua ao longo do tempo, quer no mundo da natureza quer no mundo humano».

[4] São João Paulo II, Discurso, 07/10/2002, dia seguinte à canonização de São Josemaria (https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/october/documents/hf_jp-ii_spe_20021007_opus-dei.html).

[5] Andrés Vázquez de Prada, *O fundador do Opus Dei*, I, cap. VII-VIII.

[6] cf. J. L. Illanes, *Obra escrita y predicación de San Josemaría Escrivá*, em *Studia et Documenta*, 3 (2009), p. 203.

[7] A *Caminho*, seguiram-se outras publicações: em 1934 publicou uma ampla monografia com o título *La Abadesa de Las Huelgas*. Durante os anos sessenta e setenta deu à

imprensa: *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá* (1968) e *Cristo que passa* (1973). O primeiro traz várias entrevistas que concedeu a diferentes meios de comunicação de todo o mundo, nas quais respondia a perguntas sobre o Opus Dei e sua atividade. Abordava igualmente questões de atualidade acerca da Igreja e do mundo. *Cristo que passa* contém dezoito textos de sua pregação, que seguem as principais festas do ano litúrgico. A obra constitui uma revisão de alguns aspectos essenciais da vida cristã em geral e do espírito do Opus Dei em particular. Seriam publicadas postumamente: *Amigos de Deus* (1977), *Via Sacra* (1981), *Sulco* (1986) e *Forja* (1987), traduzidas para numerosas línguas e difundidas entre milhares de pessoas em todo o mundo. Em 2004, foi publicada a edição crítico-histórica de *Caminho*, e em 2010 a de *Santo Rosário*.

[8] cf. A. de Fuenmayor-V. Gómez Iglesias – J. L. Illanes, *El itinerario jurídico del Opus Dei, historia de un carisma*, Eunsa, 1989, cap. X; também E. BAURA, *Régimen*, artigo publicado em www.collationes.org (2010).

[9] cf. Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, cap.V.

[10] cf. Concílio Vaticano II,
Presbyterorum Ordinis, n. 10 e *Ad gentes*, n. 20.

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de <https://opusdei.org/pt-pt/article/historia-do-opus-dei/> (20/01/2026)